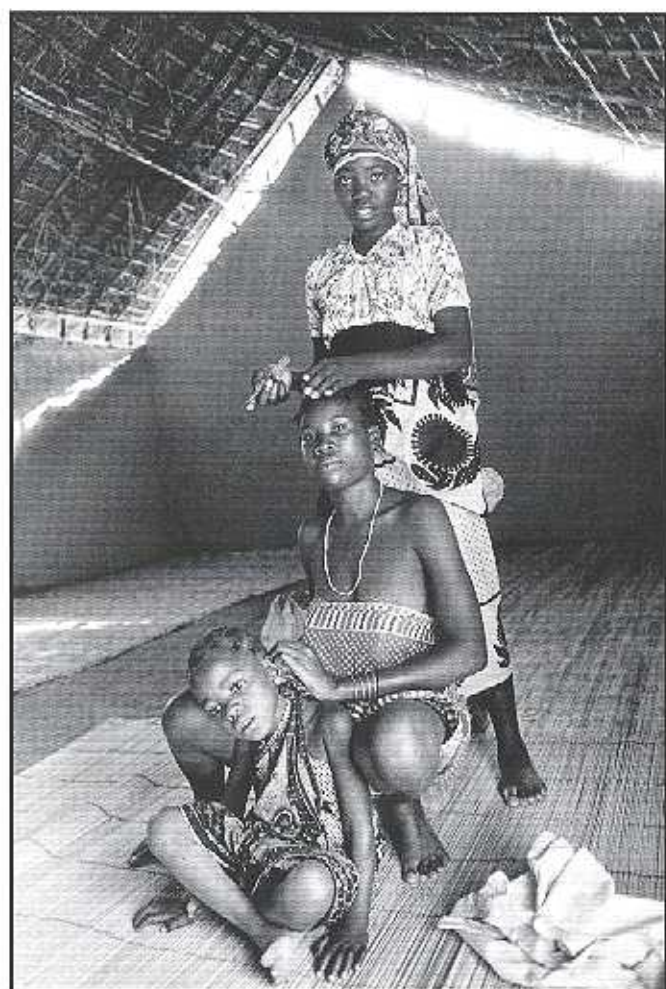


*Contrastes e confrontos:
refugiados de Angola e retorno a Moçambique*



Ana chegou a Cabinda no último vôo da noite. Ela fazia parte de uma equipe do *Comitê de Ação Contra a Fome*. Fora encarregada de avaliar a situação dos angolanos deslocados pela guerra, especialmente depois da notícia divulgada pelas agências internacionais, sobre a impossibilidade do plantio de alimentos no território minado.

Ao ser recebida no aeroporto, por um enviado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Ana percebeu que estava diante de um grave problema. Júlio Velasquez, advogado espanhol, estudava a questão africana havia três anos e foi explicando o caso, enquanto seguiam rumo à saída. Relatava à moça alguns aspectos da questão angolana.

– Angola, a mais rica região da África, está à mercê de um novo conflito militar. A guerra civil deflagrada deve-se aos interesses dos grupos ligados ao presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, da União Nacional para Independência Total de Angola, a Unita. Essas disputas têm colocado a população em perigo – afirmou o comissário. – As fugas criaram um tipo especial de refugiados.

– Por quê? – perguntou Ana, curiosa.

– Por serem refugiados no próprio país – respondeu. – A população passou a se instalar nos lugares públicos como escolas, museus, cinemas, trens etc.

– Como você explica essa guerra? – interessou-se a moça.

– Aparentemente, trata-se de uma pendência entre a Unita, apoiada pela África do Sul, contra os líderes das lutas pela libertação nacional que receberam apoio soviético por intermédio de Cuba. A Guerra Fria esquentou a política angolana e agora a situação está fervendo – afirmou.

– Este povo tem uma brava resistência – disse a moça a um repórter do *New York Times* que os acompanhava.

– Por quê? – perguntou o rapaz, um jovem americano formado na Universidade de Yale que iniciava um trabalho sobre os refugiados do mundo.

- As disputas sobre o território decorrem de dois fatores principais – disse o advogado.
- Quais são eles? – inquiriu o jovem repórter, atento.
- As reservas de petróleo e de diamantes deste lugar, tão cobiçadas pelos grupos internos e por interesses internacionais.
- Você considera que a guerra está sendo forjada pelos interesses dos Estados Unidos e da ex-União Soviética? – perguntou Ana, como se não estivesse interessada.
- Não diretamente, mas há certa relação entre as disputas regionais africanas que foram estimuladas por esses interesses. Além do ouro, dos diamantes e do petróleo, havia também a geopolítica entre americanos e soviéticos e os governos que disputavam o controle da África Austral. Agora, com a crise do Leste Europeu, vamos saber quanto os interesses por riquezas estiveram afinados aos das disputas entre os blocos – ponderou o homem, dirigindo-se ao carro que os aguardava.
- Neste momento, as conseqüências da guerra são terríveis – disse Ana. – Uma geração inteira de mutilados sobrou depois do cessar-fogo. O Lar do Cangalo reúne um número incrível deles.
- É nesse campo que os brasileiros atuam? – perguntou o jornalista.
- É – disse a moça, – eles fazem parte das Forças de Paz enviadas pelas Nações Unidas, especialmente porque falam português e podem, de modo mais simples, desvendar os problemas, os perigos e ajudar na recuperação física dos feridos.
- Parece incrível, mas essa guerra está desenvolvendo a ortopedia mundial e fomentando um impulso industrial dos produtos dessa área. Conheci um ruandense que se ressentia com essa contradição.
- Temos de impedir que novas estratégias militares possam piorar ainda mais a vida dessas pessoas.
- É preciso que se formule um código internacional no âmbito das Nações Unidas, proibindo o uso de minas, como arma de guerra, uma vez que a população civil é a mais atingida – afirmou a moça, ao desembarcarem no campo.
- Essa forma de combate é impossível de ser controlada. As minas são plantadas por helicópteros. Além de muito baratas, enriquecem os fabricantes que venderam enorme quantidade. Pode-se dizer que há uma mina para cada habitante de Angola.
- Quanto custa desativá-las? – perguntou o rapaz.
- De trezentos a mil dólares cada uma, e ativar, de três a dez dólares. Foi um negócio altamente lucrativo. Entretanto, se levarmos em consideração o custo para recuperar uma geração de jovens e crianças atingidos, os valores são muito maiores.

O jornalista estava muito impressionado com o cenário que se apresentava no caminho do aeroporto para o campo principal. Montanhas de corpos, pessoas dormindo em

barracos de plástico, olhos esbugalhados em rostos magros nos quais se podiam observar todos os ossos.

O ar carregado com um odor insuportável revirava seu estômago, provocando-lhe náuseas. Ana discorria sobre tudo, mas ele não ouvia uma única palavra do que lhe era dito. Quando se aproximaram do acampamento, o rapaz sentiu um ímpeto de desistir do trabalho. A multidão se confundia com a terra seca, e no escuro parecia que a terra se movia e gemia de dor e sofrimento.

Um suor gelado corria em sua coluna vertebral e a palidez tomou conta de seu rosto. Ana observou o sofrimento do homem e tirou do bolso uma pequena lata com uma pomada à base de cânfora. Entregou-a a ele, orientando para que massageasse as têmporas e os pulsos e a aspirasse com força.

- Será que a África está destinada à tragédia? – considerou o rapaz sentindo grande alívio.
- Não – afirmou Ana, – esses dilemas e tragédias são estimulados por potências externas. Além disso, o sofrimento das pessoas tem gerado uma consciência mundial sobre os direitos humanos. Veja o que está acontecendo em Moçambique. Os refugiados estão retornando ao país com uma esperança renovada de reencontrar seus parentes, amigos e suas casas. Sabem o que significa estar sem um chão e sem um lugar. A memória do exílio poderá criar um novo modo de viver.

Ele havia acompanhando o retorno dos grupos de refugiados de Moçambique e passou a descrever para ela o novo estado de ânimo na volta ao país:

- Em todos os campos os moçambicanos se movem com muita determinação para reconstruir o país. Em Mbamba Bay, eles procuravam vestir a melhor roupa, arrumar os cabelos e reencontrar os parentes e amigos com o ar de alegria do retorno ao chão da pátria. As viagens de volta são extremamente longínquas, chegando a atingir mais de 1.200 quilômetros. Mesmo assim, eles seguem com determinação em grupos ou individualmente, cantando canções que relembram os dias de paz – afirmou o jornalista.
- Imagine você que muitos vão do lago Maluí para Maputo! – comentou Ana, que lera sobre o assunto no vôo para Angola.

Ana pensava que seria muito importante levar para os angolanos as informações sobre a paz em Moçambique, uma vez que a Unita, que dominava a maior parte do território, não tinha conseguido legitimar-se perante a população. Eram mais de 80% de angolanos em menos de 10% de território. Algo deveria ser feito e somente o povo de Angola poderia acabar com a desigualdade estabelecida pela guerra.

FOTO Refugiadas se preparam para voltar a Moçambique. Campo de trânsito de Mbamba Bay, Tanzânia, 1994.

MAPA n. 6 Refugiados no continente africano: sudaneses, ruandeses, moçambicanos e angolanos.

LIVROS FREITAS, Amadeu José de. *Angola, o longo caminho da liberdade*. Lisboa: Moraes Editores, 1975 ■ MACEDO, José de. *Autonomia de Angola*. Lisboa: Centro de Sócio-Economia/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988 ■ MACHEL, Samora. *A nossa luta*. 2. ed. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975 ■ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. 3. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa/Editora Terceiro Mundo, 1977.

FILMES *Zulu* (1964, Cy Endfield) ■ *Uma aventura na África* (1951, John Huston)

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NAS EX-COLÔNIAS PORTUGUESAS

ANGOLA

Em 1956, os angolanos fundaram o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), de uma fusão de pequenas organizações nacionalistas. Seu objetivo era convencer o governo português a aceitar o direito dos angolanos à independência.

Em 4 de fevereiro de 1961, um grupo do MPLA tomou de assalto algumas prisões e edifícios públicos em Luanda e iniciou o processo de lutas contra o colonialismo. Em 1962, foram criadas a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto, a Frente de Libertação de Cabinda (FLEC) e a União Nacional para a Libertação Total de Angola (Unita), liderada por Jonas Savimbi.

Essas organizações indicavam a existência de diferentes grupos políticos e projetos para a emancipação angolana. Em 1964, o presidente Agostinho Neto reuniu as lideranças dos diversos grupos e definiu a estratégia para uma guerra popular prolongada. Havia um clima internacional favorável aos guerrilheiros e pouca probabilidade de vitória do exército colonial. A crise econômica em Portugal e também os problemas internos que sofria a ditadura salazarista já indicavam novas possibilidades políticas, tanto para a metrópole colonial, como para os projetos de libertação nacional.

Em 25 de abril de 1974, uma insurreição militar em Portugal, denominada Revolução dos Cravos, reconheceu o direito dos povos africanos a sua autodeterminação, convidando o MPLA, a Unita e a FNLA a participar de um governo de transição, conforme foi definido no Acordo de Alvor de 1975. Entretanto, como havia muita divergência política e ideológica entre os grupos, os acordos não foram cumpridos. A FNLA recebia apoio do Zaire e dos Estados Unidos; a Unita era claramente apoiada pelo regime do *apartheid* da África do Sul e pelos colonos portugueses; enquanto o MPLA ligava-se ideologicamente aos países socialistas.

Em Luanda, os adversários do MPLA foram criando muitos obstáculos ao controle da capital, ao mesmo tempo que o Zaire invadia Angola pelo norte, enquanto a Unita e a África do Sul ocupavam o país pelo sul. A expulsão dos portugueses e da Unita se fez pela ação do MPLA, com a independência de Luanda e no ano seguinte de toda a Angola. A vitória se deu pelo apoio das tropas cubanas enviadas por Fidel Castro. Finda a guerra, o governo começou a recuperar todos os centros produtivos e a organizar a mão-de-obra, que precisava de alfabetização e de preparação profissional. Desenvolveu-se assim um amplo setor estatal capaz de promover o desenvolvimento, com a nacionalização do setor bancário e energético.

Em 1977, Nito Alves, da facção trotskista Revolta Ativa do MPLA, tentou tomar o poder, sem contudo obter bom termo no processo. Em 1978, o MPLA realizou seu congresso, definindo-se como marxista-leninista, e modificou seu nome para MPLA – Partido do Trabalho. O bloco do poder sofreu uma perda em 1979, com a morte de Agostinho Neto, substituído por José Eduardo dos Santos. Em 1981, os sul-africanos tentaram avançar sobre a província do Cunene, sob a alegação de estar combatendo a Swapo e a Namíbia. No entanto, pretendiam entregar o poder à Unita e criar uma zona liberada. Em 1988, o governo de Pretoria foi obrigado a iniciar negociações com Angola, África do Sul e Cuba (Acordo Tripartite), assinado em Nova York, pondo fim ao conflito.

No ano de 1991, foi firmado um acordo entre o MPLA e a Unita, mediado pelos Estados Unidos, a URSS e as forças da ONU. Com esse acordo, foram convocadas as eleições em 1992, tendo o MPLA obtido maioria dos votos. Entretanto, a Unita não se reconheceu derrotada e tomou em armas. Foram firmados acordos em 1993, mas não colocados em prática até 1995. Em 1997, organizou-se um Governo de Unidade Nacional e Reconciliação. Em 1998, a Unita perdeu o apoio de Mobuto Sese Seko, do Zaire, ficando mais debilitada. O território minado, a ausência de desenvolvimento econômico e a existência de mais de um milhão e meio de refugiados internos provocaram a criação de um setor contrário ao belicismo de Savimbi, estruturada na Unita-Renovada. Mas, em março de 1999, reiniciou-se a guerra, com o deslocamento de enormes contingentes populacionais, incluindo os capacetes azuis da ONU.

MOÇAMBIQUE

Em 1960, um massacre de uma comunidade pacífica em Muêba convenceu os moçambicanos da necessidade de lutar pela independência. Em 1961, Eduardo Mondlane, funcionário da ONU, retornou a Moçambique e iniciou as mobilizações em torno da libertação nacional. Em 1963, conseguiu reunir na Tanzânia vários grupos e formou a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que iniciou a guerra em 1963, conquistando algumas

regiões no ano seguinte, e, em 1969, detinha o controle sobre um quinto do país. Nesse ano, as forças do próprio colonialismo português conseguiram eliminar Mondlane, e os conflitos internos na Frelimo começaram a se intensificar. Em 1974, ocorreu a Revolução dos Cravos em Portugal e, em 1975, Moçambique tornou-se independente, tendo eleito Samora Machel. Em 1977, a Frelimo optou por um programa socialista e, em 1980, apoiou a independência do Zimbábue.

Os problemas agravaram-se com os conflitos entre os interesses do país e os da África do Sul. Pretoria acabou invadindo o território de Matola, em Maputo, e, em 1981, apoiou a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), organização formada por salazaristas e mercenários. Por meio de um conjunto de ações terroristas, a África do Sul atacava os campos de refugiados anti-racistas residentes em Moçambique, ao passo que a Renamo dirigiu suas ações especialmente para o confronto com a população rural nas aldeias comunais.

Em fins de 1982, o governo empreendeu ampla repressão ao mercado clandestino e lançou ofensiva militar contra a Renamo. No ano seguinte, um extenso programa de reformas econômicas começou a ser implementado, com ênfase em projetos de vilas e granjas, para atender, por financiamentos, os pequenos setores comunitários, dando-lhes viabilidade econômica. No Quarto Congresso da Frelimo, houve grande esforço no sentido de atrair as bases sociais na discussão das quatro teses centrais. A principal delas foi a oposição às grandes fazendas estatais, consideradas responsáveis pela excessiva centralização e burocratização do poder. O número de camponeses foi significativo nesse Congresso e a presença das mulheres dobrou em relação ao terceiro.

As ações terroristas da Renamo e a seca de 1985 provocaram uma redução de 70% na produção agrícola, aumentando ainda mais a miséria existente. Samora Machel denunciou a ajuda constante da África do Sul à Renamo e procurou articular um acordo entre os países envolvidos nos conflitos: Zâmbia, ex-Zaire, Angola e Moçambique. Em 1986, quando voltava de uma reunião para esse fim na Zâmbia, morreu num acidente aéreo, pouco esclarecido. Foi eleito para seu lugar Joaquim Chissano, ministro das Relações Exteriores. Também em Moçambique no ano de 1989 iniciaram-se reformas rumo a uma economia mista, compondo com a base estatizada alguns campos privados, especialmente em consequência da crise do bloco soviético e da necessidade de adequação às pressões internacionais ligadas ao FMI. Em 1990, as negociações de paz entre Maputo e Renamo apresentaram novas hipóteses de solução, principalmente pelas mudanças constitucionais e pelo sistema pluripartidário. Em 1991, em Roma, as duas partes assinaram um protocolo com vistas a um acordo de paz.

Em 1992, Chissano foi reeleito já no sistema pluripartidário, assinando com Afonso Dhlakama um acordo de paz que pôs fim a dezesseis anos de conflitos, que causaram mais de um milhão de mortos e 5 milhões de refugiados. Os dois lados deveriam entregar

as armas para as Forças de Paz da ONU em seis meses. As tropas do Zimbábue, que controlavam os corredores ligando seu país aos portos de Moçambique, seriam retiradas e o exército nacional deveria conter também parte dos guerrilheiros da Renamo. Em 1995, houve tensão nas negociações de paz, quando Dhlakama exigiu o controle governamental de cinco das dez províncias do país. Convencido a participar das eleições, o líder da Renamo sofreu ampla derrota no pleito de 1995 e aceitou colaborar com a paz.

No mesmo ano, o Clube de Paris aceitou conceder um auxílio de 780 milhões de dólares para a reconstrução do país. Chissano e a província de Mandela firmaram um acordo para instalar milhares de agricultores sul-africanos de origem europeia numa área de 200 mil hectares, mas a oposição dificultou o processo. Em 1998, a Renamo e os partidos de oposição boicotaram o pleito municipal alegando falta de fundos para a campanha, deixando a Frelimo concorrer sozinha.